

# CAPÍTULOS DA HISTÓRIA DO ECLETISMO NA ARQUITETURA GARANHUENSE: O PALÁCIO EPISCOPAL (1884).

CHAPTERS FROM HISTORY OF ECLECTISM IN ARCHITECTURE GARANHUNS CITY: THE EPISCOPAL PALACE (1884).

CAPÍTULOS DE LA HISTORIA DEL ECLECTICISMO EN LA ARQUITECTURA GARANHUENSE:  
El PALACIO EPISCOPAL (1884).

**FERREIRA, CLEYTON JOSÉ DE SOUSA**

Mestre em História, ICOMOS (Brasil), profcjr@gmail.com

## RESUMO

O ecletismo na arquitetura brasileira é uma tendência construtiva indicativa do processo de transição entre a mão de obra escrava para a remunerada e livre; do regime imperial para o republicano e da aristocracia rural se associando à burguesia urbana. Neste sentido, observar o advento do ecletismo numa cidade como Garanhuns/PE é estudar seus movimentos econômicos, políticos e sociais. Para o presente estudo, Palácio Episcopal é o objeto; moradia dos Bispos Católicos que passaram pela cidade desde que ela se tornou Diocese em 1918. Sua construção é do ano de 1884, e tinha como objetivo abrigar o engenheiro responsável pelas obras de ampliação do ramal ferroviário que articulava o interior da então província de Pernambuco com as cidades portuárias. Por ter sido edificado num período de transição entre o regime escravista e a abolição da escravidão (Lei Áurea, 1888) é possível que tenha sido construído ainda com a utilização da mão de obra escrava. Hipótese que abre uma senda no paradigma de que o ecletismo na arquitetura brasileira tenha sido produzido indiferente à escravidão.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Ecletismo, Arquitetura.

## ABSTRACT

*Eclecticism in Brazilian architecture is a constructive trend indicative of the transition process between slave labor for paid and free labor; from the imperial regime to the republican one and from the rural aristocracy associating with the urban bourgeoisie. In this sense, observing the advent of eclecticism in a city like Garanhuns/PE is studying its economic, political and social movements. For the present study, the Episcopal Palace is the object; housing for the Catholic Bishops who passed through the city since it became a Diocese in 1918. Its construction dates back to 1884, and its objective was to house the engineer responsible for the works to expand the railway branch that linked the interior of the then province of Pernambuco with as port cities. As it was built in a period of transition between the slave regime and the abolition of slavery (Lei Áurea, 1888), it is possible that it was still built using slave labor. Hypothesis that opens a path in the paradigm that eclecticism in Brazilian architecture was produced indifferently to slavery.*

**KEYWORDS:** History, Eclectism, Architecture.

## RESUMEN

*El eclecticismo en la arquitectura brasileña es una tendencia constructiva indicativa del proceso de transición entre el trabajo esclavo y el trabajo libre y remunerado; del régimen imperial al republicano y de la aristocracia rural asociándose a la burguesía urbana. En este sentido, observar el advenimiento del eclecticismo en una ciudad como Garanhuns/PE es estudiar sus movimientos económicos, políticos y sociales. Para el presente estudio el objeto es el Palacio Episcopal; vivienda para los Obispos Católicos que pasaban por la ciudad desde que se convirtió en Diócesis en 1918. Su construcción data de 1884, y tenía como objetivo albergar al ingeniero encargado de las obras de ampliación del ramal ferroviario que unía el interior de la entonces provincia. de Pernambuco con ciudades portuarias. Al ser construido en un periodo de transición entre el régimen esclavista y la abolición de la esclavitud (Lei Áurea, 1888), es posible que todavía se construyera utilizando mano de obra esclava. Hipótesis que abre un camino en el paradigma de que el eclecticismo en la arquitectura brasileña se produjo indiferentemente a la esclavitud.*

**PALABRAS CLAVE:** Historia; Eclecticismo; Arquitectura.

## INTRODUÇÃO

O ecletismo na arquitetura chama atenção não apenas pelo seu esplendor estético, oriundo da sua monumentalidade e/ou dos inúmeros adornos, mas, por ser um elemento representativo de um período histórico, remanescente diante das tendências arquitetônicas modernas do século XX.

O ecletismo garanhuense é um exemplo desta resistência, ainda que pese o fato de que nas duas primeiras décadas novecentistas; seja perceptível observar sua gradativa substituição por outras expressões arquitetônicas (neocolonialismo) nesta paisagem urbana. Sua condição patrimonial cultural é desafiada diuturnamente pelo axioma do progresso urbanístico, procedente de investimentos econômicos notáveis por reconfigurar a paisagem urbana.

Garanhuns é um Município do Estado de Pernambuco, com 145 anos, considerado apenas o seu período de elevação a esta categoria (municipalização). Se admitido o período que existiu como *Vila de Santo Antônio de Garanhuns* (1811-1879) dentro de uma chave de leitura de expressões urbanísticas consideradas *protocidade*, sua história será estendida para mais de 200 anos.

É importante destacar que os historiadores locais não formam consenso no que diz respeito à estas datas que marcariam a origem desta cidade/município. Neste debate, existe um grupo que defende que a história da cidade deve ser considerada desde o seu período de Vila (1811); em contraposição a aqueles que defendem apenas doravante ao seu período de municipalização (1979). Independentemente da corrente que se queira aderir, este debate pode está longe de ser pacificado.

No entanto, para este artigo, um exemplar do *Ecletismo garanhuense* será o objeto desta investigação histórica, contextualizada em seu período de edificação. O *Palácio Episcopal de Garanhuns*, construído no ano 1884, é uma das edificações oitocentistas que reúne todas as características arquitetônicas do ecletismo, bem como, ajuda a compreender o contexto histórico de sua produção.

Esta edificação tem relação direta com o processo de urbanização da cidade ainda no século XIX, com o desenvolvimento econômico urbano local, o aprimoramento das comunicações e transportes e as mudanças de hábitos e estruturas nas residências dos cidadãos.

Construída no período altaneiro do ecletismo no Brasil, representa – junto a outras edificações da mesma linguagem arquitetônica - de maneira inequívoca os indícios da abertura econômica para os investimentos oriundos do capital estrangeiro. Sobretudo o capital britânico, estimulado pelas estradas de ferro que se estendem da Capital para as cidades como Garanhuns, no interior da Província/Estado de Pernambuco neste período de *fin-du-siècle*.

Há lacunas na história de Garanhuns que ainda carecem de esclarecimento. Não sabemos precisamente o papel que desempenharam os negros escravizados no processo de urbanização da cidade, na construção de suas edificações, na criação de gado, na produção agrícola e no comércio local. A jusante, os povos originários dos quais há uma teoria de que o município tenha herdado seu nome de uma adaptação da denominação destes (unhamuns, guiranhun, etc). É fato que este trabalho se propõe de maneira inédita a refletir sobre os processos de urbanização garanhuense, as relações e modos de produção inerentes a eles e como o ecletismo na arquitetura pode ser uma fonte histórica imprescindível para produzir estudos sobre a cidade.

A metodologia é de análise de materiais escritos, portanto bibliográfica. Produção de imagens referentes a esta edificação contextualizando sua época de produção com sua linguagem arquitetônica e problematizando o axioma do ecletismo “não-escravista”. Hipótese esta que não desmerece em nada o valor histórico e cultural deste patrimônio arquitetônico garanhuense, pelo contrário, insere em seu arcabouço de memórias a parte da população citadina que ficou invisibilizada por tanto tempo nessas produções historiográficas urbanas.

Outrossim, se trata de um estudo que por seu ineditismo visa compor mais um capítulo da história do ecletismo garanhuense contribuindo, portanto, com outras possibilidades de pesquisas que possa surgir do interesse dos historiadores, arquitetos, urbanistas e outras áreas da ciência. Além da satisfação pessoal em estudar a cidade que me encanta com suas memórias, discursos, lembranças, patrimônio cultural e pessoas.

Figura 01: Palácio Episcopal de Garanhuns, 2024.



Foto: Cleyton José de Sousa Ferreira, 2024

## ECLETISMO, VESTÍGIOS DO CAPITALISMO URBANO

Há historiadores que estudaram o aumento dos investimentos estrangeiros, sobretudo britânicos responsáveis pela construção de estradas de ferro nos Estados do Nordeste desde o período anterior à abolição da escravidão, buscando criar mercados internos para os produtos da importação e conflitando com o domínio dos latifundiários e da monocultura, além de impulsionar o surgimento de cidades.

O economista Tagore Villarim de Siqueira escreveu que:

“O estabelecimento de companhias ferroviárias em vários estados do Nordeste a partir de meados do século 19 marcou o início de uma nova fase dos meios de transporte da região. Em oposição aos principais concorrentes – os tropeiros e as barcaças –, as estradas de ferro tornaram os deslocamentos mais rápidos, diminuíram as perdas durante o transporte de mercadorias e reduziram os custos de frete. Além disso, influenciaram também na ocupação do território e na fixação da população no interior, por meio da influência na formação de cidades e na localização de fábricas (Siqueira, 2002, p.170).

O historiador Caio Prado Júnior observou que: “com o capital inglês (bem como de outras nacionalidades, embora em menores proporções) construir-se-ão estradas de ferro, montar-se-ão indústrias, aparelhar-se-ão portos marítimos.” (Prado Júnior, 1995, p.169). A construção da estrada de ferro em direção a Garanhuns, é um dos fatores que contribuem para a construção deste palacete.

A princípio, servira como moradia do engenheiro responsável pelas obras de construção da estrada de ferro que teria sua estação sediada em Garanhuns, ainda no século XIX: o senhor Eronildes Holanda da Costa. Um processo de ampliação desta rede transportes que como vimos, fazia parte de um processo de encurtar o tempo para o transporte das produções agrícolas do interior para as Indústrias situadas na Capital (Recife), haja visto que o aumento da demanda requeria maior produção. Foi uma época em que o Brasil exportava muitos produtos daquilo que é conhecido atualmente como setor primário da economia: Matérias Primas e produtos in natura.

Segundo o Historiador garanhuenense Alfredo Leite Cavalcanti:

Anteriormente, para o comércio com a praça do Recife, o transporte era feito em costas de animais, cujas tropas levavam seis dias para ali chegarem e outros tantos mais, gastavam os comerciantes para a realização dos negócios, inclusive tratamento dos animais e ainda, outros seis dias para regressarem. Dezoito ou vinte dias para ida e volta de uma tropa de animais quando a distância que separava Garanhuns do Recife pela estrada dos tropeiros, eram de pouco mais de duzentos quilômetros (Cavalcanti, 1983, p. 34).

Outro ponto que chama atenção neste processo de implementação do ecletismo na arquitetura garanhuenense é o fato dele estar em produção nos anos finais do processo definitivo de abolição da escravatura. Se analisarmos a história deste palacete, especificamente, sua edificação é de 1884, conforme as cronologias municipais. Ano inserido entre o período de vigência da *Lei do Ventre Livre* (Lei nº 2.040) de 28 de setembro de 1871, e a *Lei Áurea* (Lei nº 3.353) de 13 de maio de 1888 que declarava abolida em definitivo a escravidão no Brasil.

Figura 02: Recorte do Jornal Gazeta de Notícias, 1888.



Fonte: Domínio Público, 2024.

Seria possível afirmar que esta residência tenha sido produzida sem utilização de mão de obra escrava? Ou o contrário, é possível que fora utilizada a mão de obra escrava em alguma medida, direta ou indireta, em sua construção?

Caio Prado Junior dirá que:

A Lei de 28 de setembro nada produzirá de concreto, e servirá apenas para atenuar a intensidade da pressão emancipacionista. Ela estabeleceu para os filhos de escravos, até a sua maioridade, um regime de tutela exercida pelo proprietário de seus Pais. Ele teria obrigação de sustenta-los, mas podia utilizar-se de seus serviços. De modo que continuavam escravos de fato, o mesmo que os Pais. Calcula-se que por este processo a escravidão ainda levaria de 50 a 60 anos para desaparecer no Brasil (Prado Júnior, 1995, p.178-179).

Esta ponderação de Caio Prado Júnior levanta uma questão curiosa: no período de vigência da Lei do Ventre Livre (1871 a 1888), os filhos dos escravos não estavam libertos totalmente. Na verdade, existia um condicionante para que o processo ocorresse. E havia a situação dos Pais destes filhos escravos supostamente livres, a Lei de 1871 não

os contemplava. A medida que libertaria os Pais desses escravos aconteceria apenas aproximadamente 15 anos depois, com aquela que ficou conhecida como *Lei dos Sexagenários* (Lei nº 3.270) de 28 de setembro de 1885.

Garanhuns por ser uma cidade erguida entre vários quilombos, é de se presumir que em algum momento esta mão de obra escrava fora utilizada em seu processo de desenvolvimento urbano. Até mesmo no serviço doméstico ou nas áreas da construção civil. O livro *Para uma História do Negro no Brasil* (1988) traz o trecho a seguir a respeito da utilização da mão de obra escrava nas cidades no século XIX:

Os escravos trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos e urbanos. Os negros do campo cultivavam para a exportação — atividade que dava sentido à colonização — a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de se encarregarem da extração dos metais preciosos. Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria, etc. No século XIX, não foram poucos os escravos que trabalharam como operários em nossas primeiras fábricas. Quanto aos negros domésticos, escolhidos em geral entre os mais "sociáveis", cuidavam de praticamente todo o serviço das casas-grandes e habitações urbanas: carregar água, retirar o lixo, além de transportar fardos e os seus senhores em redes, cadeiras e palanquins (Brasil, 1988, p. 09-10).

Apesar do Livro *Quadro da Arquitetura no Brasil* (2004) do Arquiteto Nestor Goulart Reis Filho ser categórico em afirmar que o movimento arquitetônico do ecletismo no Brasil fora produzido sem a utilização de mão de obra escrava (imagem abaixo), é possível que a transição para o modo de trabalho livre e remunerado não tenham ocorrido de maneira imediata e homogênea por todo País, como algumas leituras deste processo podem nos levar a fazer.

Figura 03: Imagem presente no Livro: *Quadro da Arquitetura no Brasil*.



Fonte: Nestor Goulart Reis Filho, 2004, p.45.

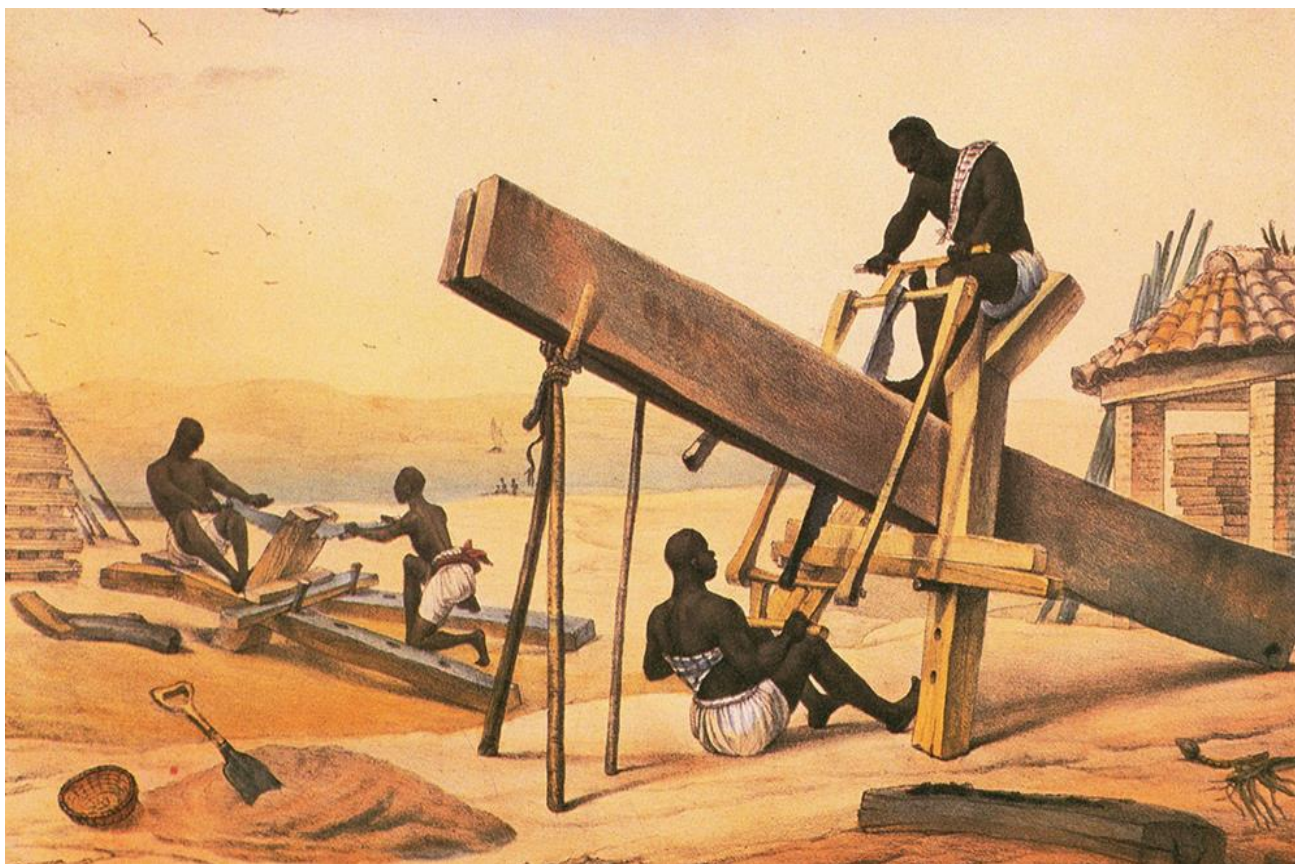
O também arquiteto Carlos A. C. Lemos em seu livro *Arquitetura Brasileira* (1979) escreveu que:

A República inaugurou seus dias já com a Abolição da Escravatura consumada, mas desse ato da Princesa Isabel, na verdade, no que diz respeito à vida doméstica, nas cidades principalmente, poucas alterações resultaram nos programas residenciais, porque as adaptações foram paulatinas,

desde as Lei do Sexagenários e do Ventre Livre e, também outras medidas libertárias aqui e ali (Lemos, 1979, p.129).

Ou seja, por algum tempo, não se sabe precisar exatamente quanto, a mão de obra escrava ainda era utilizada nas residências das famílias mais abastadas. Mesmo que haja, por parte de Reis Filho (2004), um entusiasmo que dá a entender a adoção (talvez) imediata do trabalho doméstico livre e remunerado. Devido ao fato de possuir escravos ser um indicativo de fortuna, riqueza e etc; mesmo diante das transformações econômicas, políticas e sociais do Brasil, os estudos podem mostrar que talvez este processo de abolição não tenha sido tão rápido.

Figura 04: Negros Serradores de Tábuas.



Fonte: Litografia, Jean Baptiste Debret. Domínio Público.

Esta substituição da mão de obra composta de escravos por imigrantes (livres) já havia sido observada como falha por Caio Prado Júnior, para ele: “A malograda experiência de anos anteriores tornará patente que, dentro do sistema escravista vigente, não era possível a solução do problema com trabalhadores europeus.” (Prado Júnior, 1995, p.179). E apesar da escravidão estar abolida como uma prática usual a partir de 1888, o sistema interno de utilização dela buscaria resistir até quando fosse possível.

A Professora, arquiteta e urbanista Ester J. B. Gutierrez escreveu em seu livro *Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense* (1993) que “na edificação dos prédios erguidos no período anterior a Lei Áurea, os canteiros de obra utilizaram a mão de obra escrava, sobretudo, nos meses de inverno, momento da entressafra das charqueadas” (Gutierrez, 1993, p.229).

O também arquiteto e urbanista Carlos Alberto Ávila Santos, no artigo intitulado *O Eclétismo Historicista em Pelotas: 1870-1931* (1997) trouxe um relato que vai ao encontro do que afirma Gutierrez, segundo ele “muitos senhores de escravos disponibilizaram as horas de trabalho dos cativos. No mês de março de 1878, Manoel Gonçalves Detroyat ofereceu “um seu escravo oficial de pedreiro”, para trabalhar durante seis meses no projetado edifício” (Santos, 1997, p.6).

Ou seja, o trabalho escravo assim como seu comércio depois da abolição em 1851 continuou sendo utilizado pelos agora ex-senhores de escravos. Nas citações acima, o relato é da experiência numa cidade gaúcha; porém,

nos faz refletir se não era comum nas localidades interioranas encontrar prática semelhantes. O que tornaria o ecletismo uma tendência arquitetônica que carrega consigo a contradição do seu tempo: a libertação dos escravos e seu abandono; os deixando a mercê dos antigos senhores.

Libertos, mas sem direitos a posses de terras desde a *Lei de Terras* (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850); sem indenização por parte dos seus ex-senhores e/ou do Estado (seja o Imperial ou Republicano); pouco restava ao escravo que não fosse se mudar para os Quilombos próximos, migrar para as cidades em busca de trabalho remunerado ou permanecer nas terras dos latifundiários; agora oferecendo sua força de trabalho em troca de ter onde morar, por exemplo.

## QUEM CONSTRUIU ESTE ECLETISMO GARANHUENSE?

No que se refere a experiência do ecletismo enquanto tendência arquitetônica da província de Pernambuco, mais especificamente na cidade de Garanhuns, a contribuição dos escravos ou refugiados em um dos diversos quilombos que constituíam o território outrora conhecido como *Campo dos Garanhuns* ainda é uma incógnita. Todavia, a possibilidade de sua realização possui fortes indícios. Os relatos orais dos moradores mais antigos destes quilombos trazem alguns vestígios históricos desta dimensão.

Em matéria publicada pela revista *Veja Só* postado em seu blog em 07 de fevereiro de 2011, fazendo uma breve historicização desta relação entre o quilombo do castainho e o desenvolvimento arquitetônico da cidade de Garanhuns; a publicação traz o seguinte relato:

Foi do barro extraído ali, que os negros fugidos do Quilombo dos Palmares, no século XVII, começaram produzir, nas olarias, telhas e tijolos que ajudaram a erguer as casas da Garanhuns antiga. Seu Ivanildo, morador do castainho, disse que trinta carros de boi atuavam levando telhas e tijolos daquela comunidade para Garanhuns. 'O castainho quem construiu Garanhuns', falou o seu Ivanildo, com um certo ar de orgulho<sup>1</sup>.

Conhecendo um pouco da história do processo de povoação dos *Campos dos Garanhuns*, nos leva a compreensão de que a participação do negro no desenvolvimento urbano garanhuense não foi um fenômeno recente ou evento esporádico; circunscrito às últimas décadas do século oitocentista. A Revista *Veja Só* (1986) informa que a busca por refúgio durante o período das Guerras Bráslicas (1645-1654) levou negros - e até brancos - para o interior da Província de Pernambuco. Conforme o levantamento feito pelos seus articulistas:

Remonta ao século XVII a penetração nas terras do atual município de Garanhuns, quando brancos e negros, fugindo ao julgo flamengo, se deslocaram para a região. (...) Com a revolta dos negros - Guerra dos Palmares - foi a fazenda totalmente destruída no ano de 1670, passando a ser conhecida como 'Tapera do Garcia'. Terminada a Guerra dos Palmares, em 1696, pode a região desenvolver-se, e de maneira tão rápida, que, já em 20 de janeiro de 1699, era expedida uma Carta Régia criando uma vara de Juízo na 'Capital do Sertão do Ararobá' - como era conhecida a região compreendida entre o Cimbres e o Pajeú das Flores (Revista *Veja Só*, 1986, p.69-70).

Um deslocamento que contribui para formar as primeiras estruturas de aldeamento que mais tarde seriam as bases da protocidade alguns anos mais tarde. O fato é que a mão de obra deste período que vai do século XVII ao XIX, com raras exceções, era fundamentalmente escrava. Quando não africana; indígena. Embora a utilização desta última tivesse sido realizada por bem menos tempo que a primeira.

O fato é que mesmo como o trabalho livre, os negros recém libertos pela Lei Áurea (1888), não foram indenizados pelo tempo de exploração, nem se quer com um pedaço de terra que pudessem cultivar e tentar dali obter seu sustento. E com o surgimento das cidades, a necessidade de mão de obra para a construção civil, serviços estruturais urbanos, serviços domésticos, carregadores, e operários para as cidades que tinha este perfil industrial; é perceptível. Havia basicamente duas alternativas para o escravo recém libertado: permanecer nas terras do seu senhor vendendo barato sua força de trabalho; ou migrar para as cidades em busca de outras oportunidades de sobrevivência.

<sup>1</sup> <https://ganhunsblogs.blogspot.com/2011/02/conheca-um-pouco-da-historia.html> Acessado em: 11/08/2024 as 09:54.

É aqui aonde esta força de trabalho, não sabemos se remunerada ou apenas permutada, vai ser utilizada para os trabalhos pesados do processo de urbanização de uma cidade com tudo que isso implica: desde a construção de casas até os serviços domésticos.

Figura 05: Primeiro Palácio Episcopal de Garanhuns, 1928. (Demolido)



Foto de Álvaro de Lemos no Álbum de Garanhuns 1922/23, de Abdísio Vespasiano. Domínio Público

A imagem acima é um registro do primeiro Palácio Episcopal de Garanhuns, segundo os memorialistas, ele ficava situado no mesmo endereço ao qual funciona atualmente o Mosteiro de São Bento. Nas proximidades do Colégio Diocesano de Garanhuns (1925) e da Estação Ferroviária da Great Western Railway Company (1887).

O palácio episcopal de Garanhuns é um dos melhores exemplares da arquitetura eclética que fora produzida em Garanhuns durante os anos final do século XIX. Tanto sua primeira edificação, esta que as imagens atuais registraram; quanto o endereço do prelado diocesano atual. A produção desta edificação em tela ocorre já no período de declínio do ecletismo no Brasil, momento em que o neocolonialismo se torna o elemento arquitetônico simbólico de uma identidade brasileira que dentre outras características, guardava simpatia com os países que colonizaram o território brasileiro.

Para nossa tristeza, esse palacete fora demolido em seu lugar fora construído outra das edificações que representam o catolicismo apostólico romano garanhunense, o Mosteiro de São Bento (1940). Mas, restam algumas fotografias, como estas para que os estudiosos possam fazer suas elucubrações acerca dos processos de urbanização do território garanhunense e do papel que exerceu o ecletismo durante esse desenvolvimento.

Garanhuns se torna sede da Diocese em 1918, neste período o palácio episcopal muda de endereço e passa a ocupar a residência que pertencera ao Sr Eronildes Holanda da Costa, engenheiro que trabalhou nas obras de construção da linha férrea que tinha Garanhuns como uma das estações.



Figura 06: Primeiro Palácio Episcopal de Garanhuns, 1928. (Demolido).



Fonte: Revista da Cidade, 1986, p.24. Domínio Público.

O decano dos historiadores garanhuneses, Alfredo Leite Cavalcanti em seu livro *História de Garanhuns* (1983), por observação leiga, constatou a presença na paisagem garanhunesa, de um tipo de linguagem arquitetônica distinta. Seus atributos estéticos como adornos, contornos, platibandas, balaústres, azulejos, gradis e duas características típicas do ecletismo: os jardins e a entrada lateral.

Talvez porque este movimento arquitetônico no Brasil ainda era pouco estudado e quando era, recebia críticas pouco elogiosas; Alfredo Leite Cavalcanti, assim como os cronistas da Capital de Pernambuco referiram-se a ela como uma “casa moderna”. Nas palavras de Cavalcanti:

A primeira construção moderna que apresentava todos os requisitos de aperfeiçoamento urbano da época, foi a então suntuosa residência construída pelo engenheiro de obras das estradas de ferro, o Dr. Eronildes de Holanda Costa, residência esta que mais tarde, depois de ampliada e adaptada, transformou-se no atual Palácio Episcopal (Cavalcanti, 1983, p.35).

Enfatizando: o ecletismo, foi por algum tempo tratado pelo senso comum jornalístico da época como uma arquitetura moderna, não resta dúvida que o historiador garanhunesa estivesse retratando o ecletismo garanhunesa. Valendo-se, portanto, da mesma nomenclatura dos jornais da Capital que tinham circulação no interior trazidos pela ferrovia.

Para estabelecer um parâmetro, vale citar parte do estudo do arquiteto e historiador da arquitetura pernambucano Geraldo Gomes Silva (1987), no qual ele desenvolve uma linha de raciocínio demonstrando através de suas pesquisas nos periódicos do início do Século XX, como esta arquitetura era identificada pelos autores:

As duas primeiras décadas do século XX foram decisivas para a implantação da arquitetura eclética. É curioso e justificável, depois de consultar a literatura e os jornais da época, a analogia que se fez entre o ecletismo e a modernidade. O termo eclético não era usado. Assim quando que o Recife se modernizava significava dizer que a cidade passava a possuir edifícios diferentes dos antigos sobrados (Silva, 1987, p.190).

Em que pese o fato do século XX ter representado um momento histórico importante para o ecletismo, vale salientar que em outras partes do País – e mesmo em Garanhuns – a arquitetura neocolonial começava a ganhar prestígio entre construtores e proprietários. Sobre este aspecto de convivência com outras expressões arquitetônicas do período, um novo artigo será publicado em breve.

Figura 07: Casarão Do Engenheiro Eronildes Holanda Da Costa, Atual Palácio Episcopal.



Fotos: à esq. Domínio Público; à dir. Cleyton Jose de Sousa Ferreira, 2023.

Em que pese o fato deste palacete ter sofrido descaracterizações com o passar do tempo, suas características arquitetônicas mais reconhecidas como vestígios do ecletismo ainda estão preservadas.

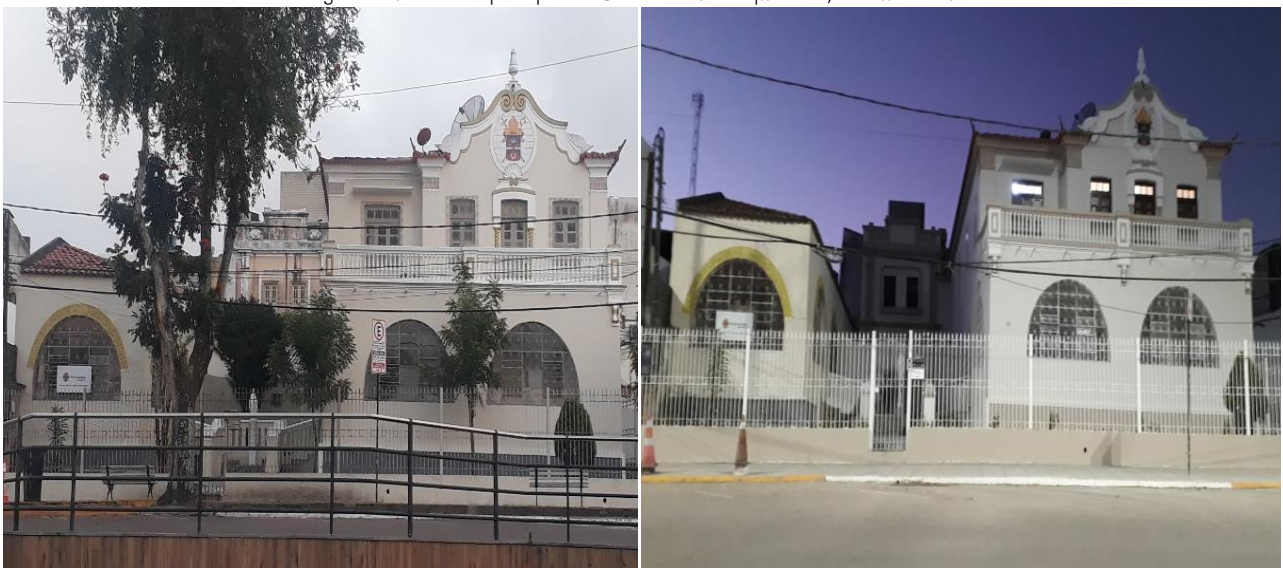
Constam informações de sua construção datando de 1884, período anterior a abolição da escravatura (1888) e contrastando com outra edificação não menos emblemática com a qual guarda relações muito próximas: A Estação Ferroviária da Great Western Railway Company (1887); uma edificação sobre a qual haverá um artigo exclusivo discutindo sua história para o ecletismo e a urbanização garanhunense.

O atual palácio episcopal divide com a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Estação Ferroviária, os postos provisórios de serem as edificações ecléticas mais longevas da paisagem urbana garanhunense e aquelas que refletem bem a luta de classe nesse processo de desenvolvimento urbano.

### O ECLETISMO DO PALÁCIO EPISCOPAL GARANHUNENSE

Retirando-se o fato de o atual palácio episcopal ter sido um projeto de habitação voltado a atender as necessidades de moradia de um engenheiro responsável pelas obras de ampliação da linha férrea, o Sr Eronildes Holanda da Costa; este palacete é um dos marcos do processo de urbanização que se desenvolveu em Garanhuns naquele período. Não obstante, sua construção em linguagem eclética é um elemento significativo de que esta tendência esteve vinculada diretamente ao processo que transformou o espaço citadino garanhunense.

Figura 08: Palácio Episcopal de Garanhuns. à esq.: 2023; à dir.: 2024.



Fotos: Cleyton José de Sousa Ferreira, acervo pessoal.

Esta edificação já passou por reformas e algumas destas, ampliaram suas dimensões criando espaços anexos e modificando seus jardins, muros e gradis; no entanto, os referenciais que fazem desta um dos exemplares do ecletismo garanhuense estão por toda parte de seus frontões.

O ecletismo por ser este amálgama de elementos decorativos e também estruturais produz edificações únicas que raramente se repetem num mesmo espaço urbano. É possível encontrar entre seus adornos algum símbolo que possa ser contemplado em outra parte decorativa de uma segunda construção; mas não é comum. Nas imagens a seguir, foram destacados alguns destes referidos elementos para demonstrar sua pluralidade decorativa e as influências que receberam.

Figura 09: Detalhamento da ornamentação do Palacio Episcopal de Garanhuns.



Fotos: Cleyton José de Sousa Ferreira, 2024.

Figura 10: Adornos identificados na Platibanda do Palácio Episcopal de Garanhuns.



Fonte: Arruda e Sanjad, 2017.

Os balaústres compõe um parapeito no piso superior do primeiro andar, que contam ainda com adornos em seus esquadros que lembram os frisos de ordem dórica, uma das referências mais utilizadas nas edificações deste estilo. Além dos Capiteis, vergas retas das janelas superiores e semicirculares com gradis nas janelas do térreo.

Figura 11: Detalhamento do frontão/Acrotério.



Foto: Cleyton José de Sousa Ferreira, 2023.

A presença de um pináculo sob o acrotério com símbolos eclesiásticos, também é característica das produções arquitetônicas ecléticas da burguesia. Historiadores e Arquitetos se se debruçaram sob a presença deste elemento decorativo, tão simbólico. Em outros Estados, como o Pará, na cidade de Belém, observou-se que este espigão feito de vidro, pedra, cerâmica ou outro tipo de material; poderia ser indicativo do status social do proprietário daquela residência.

As arquitetas e urbanistas Tainá Chermont Arruda e Thais Alessandra Bastos Caminha Sanjad (2017) estudaram o papel que exerciam esses elementos decorativos nas platibandas dos edifícios ecléticos e neoclássicos no que hoje é conhecido como centro histórico de Belém/PA, segundo elas:

As fachadas das edificações luso-brasileiras do século XIX foram ornadas de inúmeras maneiras, com a preocupação de estabelecer padrões quanto ao uso e a função da edificação simbolizadas em sua decoração, por meio do revivalismo, no que se denominava arquitetura que fala por si mesma ou *Architecture Parlante* (Arruda e Sanjad, 2017, p. 344).

Ou seja, a edificação tinha que passar uma mensagem para quem a visse. Era como um texto que precisasse ser lido pelo cidadão estabelecendo uma comunicação tácita na qual o leitor soubesse, só se observar, a que grupo ou classe social aquela residência pertencia. Em outros casos, poderia servir para indicar uma instalação de algum órgão público, vinculado ao governo estadual ou municipal; talvez um mercado público, cinema, comércio ou templo religioso.

Não é comum de ver nas expressões vernaculares elementos como os que estão destacados na imagem acima. O que não privou que as classes populares produzissem seus próprios modelos decorativos das platibandas de suas residências. Como vemos nas imagens a seguir, registradas nos bairros centrais de Garanhuns/PE:

Figura 12: Eclesiostilismo vernacular em Garanhuns/PE



Fotos: Cleyton José de Sousa Ferreira, 2023-2024.

## CONCLUSÃO

Ainda que os elementos indicativos de que o eclétismo fora produzido se não totalmente, mas, ao menos parcialmente; com a utilização da mão de obra livre, remunerada, é preciso sempre ter cuidado ao realizar uma afirmação taxativa como esta. O processo de libertação dos escravos demorou séculos para acontecer e diante de um quadro social como era o brasileiro nos fins do século XIX, não era de se esperar que um processo como este acontecesse como numa “virada de chave”.

A pressão que exerciam os movimentos libertários abolicionistas fazia com que a reação dos senhores e mercadores de escravos fosse de proporções cada vez mais extremas. Visando manter o regime e o privilégio que era fazer parte de um séquito de senhores de escravos: latifundiários, extrativistas, criadores, produtores, etc; enriquecendo a partir da exploração violenta de grupos humanos comprados em feiras ou encomendados do exterior.

O Decreto Regencial que estabeleceu a libertação dos escravos mal completara um ano de vigência, logo seria implementado o Regime Republicano (1889) que não desfez o texto da Lei Áurea (1888) mas mantinha o poder nas mãos das elites agrária e extrativista brasileiras. As mesmas elites que por quase 400 anos mantiveram um sistema econômico baseado fundamentalmente no trabalho escravo.

E no que se refere aos escravos domésticos, é preciso lembrar que a necessidade de sua força de trabalho para manutenção das casas senhoriais ainda era crucial. As transformações estruturais das edificações como a implantação de sistemas hidráulicos ou sanitários, que fariam o seu trabalho dispensável só aconteceria de maneira ampla anos mais tarde, por volta do fim do século XIX. Algumas cidades, só desenvolveram um sistema de drenagem de esgoto por volta de 1920. O que tornava o trabalhador doméstico – provavelmente um negro - uma necessidade, haja visto que o serviçal estrangeiro, branco, trabalhador livre; se recusara a desempenhar algumas funções para não ser comparado ao escravo africano.

No que consiste ao atual Palácio Episcopal de Garanhuns, ainda carece de mais estudos para termos a certeza de que sua edificação fora produzida por mão de obra escrava; assim como outras construções do mesmo período (anterior a Lei Áurea). Mas, já é possível vislumbrar pelo estudo do contexto histórico e material da época que há

uma grande possibilidade. O que não o desmerece da condição de Patrimônio Cultural Arquitetônico de Garanhuns o palacete, mas, realiza uma reparação histórica. Colocado nos relatos e explicações sobre a história urbana de Garanhuns, da qual o palácio episcopal é elemento imprescindível; grupos étnicos que foram invisibilizados.

O atual Palácio Episcopal de Garanhuns, antiga residência do Engenheiro Eronildes Holanda da Costa, fora produzido nos 4 anos que antecederiam a abolição da escravatura. Cogitar a possibilidade desta habitação ter sido construída utilizando-se de mão de obra escrava, não é apenas uma possibilidade conjectural; mas um indicativo de um novo paradigma para os estudos da arquitetura eclética no interior das províncias: a produção do ecletismo na arquitetura com uso da mão de obra escrava.

É sabido que nas grandes cidades como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, aonde havia um processo maior de fiscalização, ainda era possível presenciar negros que na intenção de comprar sua alforria (processo possível anterior a Lei Áurea), contraíam dívidas com terceiros que sem condições financeiras de quita-las, terminavam por prestar-lhes serviços a preços muito baixos por longos períodos de tempo.

Aquilo que seria a possibilidade de liberdade terminava por perpetuar o perverso regime escravista. E se liberdade implica dizer uma postura autônoma em relação a senhores, estes homens e mulheres não estavam totalmente livres. Esse sistema pode ter servido para aquilo que já foi dito anteriormente: para cada conquista conseguida pelas lutas dos movimentos abolicionistas, os senhores de escravos produziam uma reação que mantinha seu poder sobre as pessoas. O Estado brasileiro não intervinha nessas “liberdades”.

Ou seja, não é difícil deduzir que nas cidades dos interiores aonde as coisas ainda funcionavam dentro de uma certa lógica exploratória do negro, tais “negociações” acontecessem semelhantemente. Contudo, o Palácio Episcopal de Garanhuns resiste, assim como os povos subjugados por outras nações, ele encontra-se entre as contemporâneas expressões arquitetônicas que reconfiguram o espaço urbano garanhuense. Que seja longo, para que possamos além de contemplá-lo, estudá-lo e ensinar sua história para as novas gerações de garanhuenses.

## BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Tainá Chermont. SANJAD, Thais Alessandra Bastos Caminha. Ornamentos de platibanda em edificações de Belém entre os séculos XIX e XX: Inventário e Conservação. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, Vol. 25, nº3, p. 341-388, 2017.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Para uma história do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. 64 p. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. História de Garanhuns. Centro de Estudos de História Municipal, Pernambuco 1968/1983.

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, Charqueadas e Olarias um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª Ed. Pelotas, Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 1993.

LEMOS, Carlos A. C. Arquitetura Brasileira. São Paulo, Ed. Melhoramentos/USP, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 42ª edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1995.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil, Ed. Perspectiva, 1970.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Área de Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 16.

SILVA, G. G. Arquitetura Eclética em Pernambuco. In: Anateresa Fabris. (Org.). Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Editora Nobel, 1987, v. 1, p. 178-207.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. As Primeiras Ferrovias do Nordeste Brasileiro: Processo de Implantação e o Caso da Great Western Railway. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.9, N.17, p.169-220, 2002.